

Bernardo Gonçalves Fernandes

Direito Constitucional

professor | advogado | conferencista | escritor | pós-doutor em Direito



PROPOSTA DE PREÇO

PARA PREFEITURA MUNICIPAL MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUANTIDADE DE ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
01	Elaboração de parecer escrito sobre CONTRATAÇÃO DE PARECER SOBRE A RECEPÇÃO OU NÃO DA LEI n° 3.991/61 JUNTO A Constituição Federal de 1988 bem como sua afronta ou não à Súmula Vinculante n° 04 do Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Civil Pública n° 0800463-95.2019.4.05.8105 que tramita junto a 23ª Vara Federal/TRF 5ª Região.	R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)

Dada a complexidade do tema, que exige análise minuciosa do de Lei Federal frente a Constituição da República e à Súmula Vinculante n° 04, segue proposta de preço o objeto em questão.

Belo Horizonte-MG, 11 de dezembro de 2019.

BERNARDO GONÇALVES ALFREDO FERNANDES

12 12 19



Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9044160342461871>

ID Lattes: **9044160342461871**

Última atualização do currículo em 28/11/2019



Possui Graduação em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG, Mestrado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG e Doutorado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG. É Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra - Portugal (FDUC-IGC). Atualmente é Professor Associado II de Teoria da Constituição e Direito Constitucional do Departamento de Direito Público da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor Adjunto IV de Teoria da Constituição e Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS). Foi Professor Adjunto III de Teoria da Constituição e Direito Constitucional da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É Professor Credenciado e Membro do Corpo docente do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Direito da UFMG na Linha de Pesquisa Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito: Fundamentação, Participação e Efetividade. Atua no Projeto Estruturante: Juridicidade, Fundamentação e Discursividade e no Projeto Coletivo: A Reconstrução Discursiva dos Direitos Humanos. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Hermenêutica Jurídica, Teoria da Constituição e Direito Constitucional. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes
Nome em citações bibliográficas	FERNANDES, B.G.
Lattes ID	 http://lattes.cnpq.br/9044160342461871

Endereço

Endereço Profissional	Faculdade de Direito da UFMG, Departamento de Direito Público. Av. João Pinheiro nº100 Centro 30130-180 - Belo Horizonte, MG - Brasil Telefone: (31) 34098635
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2001 - 2004	Doutorado em Direito Constitucional. Faculdade de Direito da UFMG, DIREITO-UFMG, Brasil. Título: GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA PÓS-NACIONAL À LUZ DE UMA TEORIA DISCURSIVA DA CONSTITUIÇÃO, Ano de obtenção: 2004. Orientador: Menelick de Carvalho Netto. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito.
1998 - 2001	Mestrado em Direito Constitucional. Faculdade de Direito da UFMG, DIREITO-UFMG, Brasil. Título: ACESSO À JUSTIÇA E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, Ano de Obtenção: 2001. Orientador:  Menelick de Carvalho Netto. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito.
1993 - 1997	Graduação em Direito. Faculdade de Direito da UFMG, DIREITO-UFMG, Brasil.
1989 - 1992	Ensino Médio (2º grau). Colégio Santo Agostinho, CSA, Brasil.
1985 - 1988	Ensino Fundamental (1º grau). Colégio Santo Agostinho, CSA, Brasil.

Pós-doutorado

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito.
Especialidade: Filosofia do Direito.



Formação Complementar

1999 - 1999	Extensão universitária em Noções de Sistemas de Telecomunicações. (Carga horária: 40h). Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
1997 - 1997	Os Atos de Linguagem : de Austin à Habermas. (Carga horária: 12h). Faculdade de Direito da UFMG, DIREITO-UFMG, Brasil.
1994 - 1994	Iniciação à Metodologia da Pesquisa Jurídica. (Carga horária: 24h). Faculdade de Direito da UFMG, DIREITO-UFMG, Brasil.

Atuação Profissional

Faculdade de Direito Santo Agostinho, FADISA, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Celetista, Carga horária: 40

Faculdade de Direito da UFMG, DIREITO-UFMG, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Associado I, Carga horária: 40

Atividades

02/2013 - Atual

Direção e administração, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRITO SENSU DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, .

Cargo ou função

Membro da Comissão de avaliação de Credenciamento e Recredenciamento dos Docentes do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito da UFMG.

11/2011 - Atual

Direção e administração, Colegiado de Graduação, .

Cargo ou função

11/2011 - Atual

Membro Titular do Colegiado de Graduação da Faculdade de Direito da UFMG.

Pesquisa e desenvolvimento , PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRITO SENSU DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, .

Linhas de pesquisa

DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE

08/2011 - Atual

Direção e administração, Departamento de Direito Público, .

Cargo ou função

Membro da Câmara Departamental do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG.

08/2011 - Atual

Ensino, Mestrado/Doutorado, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Hermenêutica e Direitos Fundamentais

Temas de Direito Constitucional Comparado

Temas de Teoria da Constituição

Temas de Hermenêutica Jurídica

08/2010 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Constitucional

Hermenêutica e Jurisdição Constitucional

Teoria da Constituição

Controle de Constitucionalidade

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - Atual

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto IV, Carga horária: 12

Atividades

02/2006 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Teoria da Constituição

Vínculo institucional

2004 - 2010

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto III, Carga horária: 40

Vínculo institucional

1998 - 2003

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 40

Atividades

06/2004 - 08/2010

Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Constitucional
Teoria da Constituição
Ciência Política
Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Ciência Política
Direito Constitucional
Introdução ao Estudo do Direito
Teoria da Constituição

11/1998 - 12/2003

Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - 2010

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Horista, Carga horária: 0
Professor Visitante de Teoria do Estado nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da UNIMONTES de 2004 a 2010



Linhas de pesquisa

1.

DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE

Objetivo: Estudo dos discursos, da hermenêutica e dos desafios ligados à efetividade dos direitos humanos no Estado Democrático de Direito, em todos os contextos institucionais em que eles se fazem presentes ? legislação, administração, proteção judicial, mediação, processos de negociação, entre outros ? destacando-se a participação social na sua fundamentação e nos processos de efetivação desses direitos..

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito.
Palavras-chave: Direito Constitucional; Teoria da Decisão; Teoria da Argumentação Jurídica.

Projetos de pesquisa

2015 - Atual

PROJETO ESTRUTURANTE: A Justiça Social e os Fundamentos Ético-Políticos dos Direitos Humanos e da Autoridade Política.

Descrição: Ementa: Reconstrução histórica, filosófica, política, hermenêutico-crítica e sistemático-argumentativa do Direito e das instituições políticas, adequada ao paradigma do Estado Democrático de Direito, como contribuição para a construção plural de uma teoria do Direito, tanto normativa quanto conceitual, nas seguintes dimensões: uma teoria da justiça distributiva e da legitimidade do Poder Estatal; uma teoria da confiança, do Estado de Direito e os princípios de segurança e legalidade; uma teoria da tributação; uma teoria dos Direitos Humanos; uma teoria dos princípios, regras, políticas e procedimentos; uma teoria constitucionalista da legitimidade democrática do Direito; uma teoria constitucional-democrática da legislação e da jurisdição; uma teoria sociológico-política da efetividade da obediência legítima às leis; uma teoria do sistema jurídico e suas relações com os demais sistemas sociais; e uma teoria político-legislativa do Direito..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes - Integrante / Mariá Brochado Ferreira - Integrante / Thomas da Rosa Bustamente - Coordenador / Misabel de Abreu Machado Derzi - Integrante / Onofre Batista Júnior - Integrante / Andre Mendes Moreira - Integrante.

Observatório do STF: Análise das práticas judiciais realizadas pelo STF tendo como paradigma o Direito como Integridade de Ronald Dworkin

Descrição: O projeto teve como objetivo de pesquisa realizar uma análise de decisões do

2014 - 2014

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (12) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) /
Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (0) .

Integrantes: Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes - Coordenador / Rafael Augusto de
Morais Andrade - Integrante / Gabriela Araujo Chaves - Integrante / Jadsom Soares Gomes
- Integrante / Karen Ângela Deodato - Integrante / Karoline Nunes Santos - Integrante /
Leandro Teixeira Porto - Integrante / Marcos Roberto Silva Rios - Integrante / Patricia
Menezes de Queiroz Vieira - Integrante / Raiane Caroline Alfeu Lopes - Integrante / Mais
Karine de Cristo - Integrante / Tiago Felipe Alves Ribeiro - Integrante.



2014 - Atual

Direito e Diversidade

Descrição: O projeto de pesquisa procura identificar e compreender os processos de conquista de direitos de diversidade, diferenciando este dos mecanismos de concessão ou permissão de algumas práticas de exercício da diferença. A pesquisa tem como objetivos identificar estes direitos e de que forma se inserem no processo histórico de conquista ou simples permissões do poder. Partindo desta perspectiva serão criados diversos subgrupos de pesquisa para investigar os direitos de diferença e diversidade individuais e coletivos e seus processos históricos de construção.. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (30) / Especialização: (5) . Integrantes: Jose Luiz Quadros de Magalhaes - Coordenador / Delze dos Santos Laureano - Integrante / Francelino Lamy de Miranda Grandó - Integrante / Cristiana Maria Fortini Pinto - Integrante / SANTOS, Reinaldo Silva Pimentel - Integrante / Henrique Weill Afonso - Integrante / Bráulio Magalhães Santos - Integrante / Elton Dias Xavier - Integrante / Adilson José Moreira - Integrante / Alysson Luiz Freitas de Jesus - Integrante / Marcio Luis de Oliveira - Integrante / Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes - Integrante / João Batista de Almeida Costa - Integrante / Otávio Augusto Neiva de Melo Franco - Integrante / Flávia Salum Carneiro Soares - Integrante..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes - Integrante / Delze dos Santos Laureano - Integrante / José Luiz Quadros de Magalhães - Coordenador / Mariá Brochado Ferreira - Integrante.

2013 - 2015

Força Normativa do Direito Judicial: uma análise da aplicação prática do precedente no Direito Brasileiro e dos seus desafios para a legitimação da autoridade do Poder Judiciário
Descrição: A pesquisa realiza uma investigação empírica da prática de se seguir precedentes judiciais e súmulas no Direito Brasileiro, com vistas a revelar a compreensão que o Poder Judiciário - em suas diversas ramificações entre regiões e em razão da matéria - tem do precedente judicial e do direito jurisprudencial. O objeto da análise é composto pelas decisões dos mais diversos órgãos do Poder Judiciário que seguem, estendem (per analogiam), diferenciam (pela técnica do distinguishing) ou revogam precedentes judiciais e súmulas jurisprudenciais (sejam estas vinculantes ou não). Estuda-se, em particular, os fundamentos apresentados nessas decisões, com vistas a obter uma descrição o mais exata possível do grau de vinculatividade atribuído aos diferentes tipos de precedentes judiciais no Direito Brasileiro, bem como dos fatores que contribuem para elevar ou enfraquecer a intensidade dessa vinculatividade. Em particular, busca-se compreender, entre outros: i) as razões pelas quais os juízes se aparta de um precedente judicial, pela via da diferenciação (distinguishing) entre casos; ii) o processo argumentativo seguido para a extensão analógica de precedentes judiciais; iii) as considerações que levam à manutenção de um precedente judicial, ainda que esta seja considerada "injusta" ou "inconveniente" pelo julgador; iv) as razões que levam à revogação de uma súmula ou precedente consolidado; v) os efeitos colaterais da revogação de um precedente consolidado; vi) as considerações jurídicas que eventualmente permitem a modulação ou eficácia prospectiva das reviravoltas jurisprudenciais (overruling); viii) as cargas e ônus argumentativos que se impõem sobre o comportamento dissonante ao precedente judicial; ix) a forma como são utilizados os mecanismos processuais de garantia da eficácia do precedente judicial; e x) os eventuais óbices ou incentivos que os precedentes têm representado para a individualização do Direito e para a racionalidade e coerência do sistema jurídico...

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Mestrado acadêmico: (10) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes - Integrante / Dierle José Nunes - Integrante / Thomas da Rosa Bustamente - Coordenador / Misabel de Abreu Machado Derzi - Integrante / Adriana Goulart de Senna - Integrante / Glaucio Ferreira Maciel - Integrante / Onofre Batista Júnior - Integrante / Miracy Barbosa de Souza Gustin - Integrante / Fabricio Bertini Pasquot - Integrante / Renan Sales Meira - Integrante / Igor de Carvalho Enriquez - Integrante / Chistina Vilaça Brina - Integrante / Renato Alves Ribeiro Neto - Integrante.

Tutela específica das obrigações de entrega de coisa, fazer e não fazer. Tutela inibitória. Medidas cautelares e interações com as tutelas satisfativas. Execução específica e execução substitutiva. Tutelas diferenciadas pela natureza do direito: reaproximação do direito processual e direito material.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (0) .



2011 - Atual

Integrantes: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes - Integrante / Humberto Theodoro Júnior - Coordenador / Juliana Cordeiro de Faria - Integrante.
Financiador(es): Faculdade de Direito da UFMG - Outra.
PROJETO ESTRUTURANTE: Juridicidade, Fundamentação e Discursividade
Descrição: O projeto pretende conduzir as discussões sobre o fenômeno jurídico contemporâneo, buscando, para além do arcabouço normativo positivo, os processos de fundamentação, de construção discursiva e argumentativa que são condição de realizabilidade do direito, nos planos da elaboração e da aplicação normativas, momentos que se desdobram no sentido de sua efetividade. A concepção de juridicidade como fenômeno jurídico amplo engloba tanto as práticas reais de incidência jurídica, seus mecanismos e modelos, quanto o viés prospectivo do direito como projeto em constante devir, e que no atual estágio manifesta-se em grau mais elevado como direitos humanos-fundamentais..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2011 - Atual

Integrantes: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes - Coordenador / Mariá Brochado Ferreira - Integrante / Thomas da Rosa Bustamente - Integrante / Fabiana de Menezes Soares - Integrante.
A Reconstrução Discursiva dos Direitos Humanos
Descrição: O projeto busca realizar indagações acerca da concretização discursiva dos direitos humanos, especialmente no contexto da aplicação e da fundamentação (política, filosófica e jurídica) desses direitos nas sociedades contemporâneas. Partindo do caráter construtivo e interpretativo da argumentação jurídica, as pesquisas realizadas no contexto desse projeto compreendem as formas discursivas de legitimação desses direitos no contexto institucional oferecido pelo Estado democrático de direito. A relação entre democracia, argumentação e legitimidade é explorada nos processos de interpretação, concretização e densificação jurídica dos direitos humanos/fundamentais, os quais são compreendidos nas suas dimensões filosófica, moral, ética, histórica, política e jurídico-dogmática, bem como nas relações necessárias que existem entre essas dimensões..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) .

2005 - 2006

Integrantes: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes - Coordenador / Mariá Brochado Ferreira - Integrante / Thomas da Rosa Bustamente - Integrante.
Número de produções C, T & A: 10
Crítica ao Regime Democrático-Liberal: A Democracia e a Categoria da Ideologia no Marxismo
Descrição: Um estudo crítico sobre as contemporâneas teorias democráticas à luz da base ideológica do marxismo clássico..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

2004 - 2005

Integrantes: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes - Coordenador.
Financiador(es): Universidade Federal de Ouro Preto - Bolsa.
Uma Análise Crítica e reflexiva das Teorias do Direito de Hans Kelsen e de Alf Ross
Descrição: O projeto objetivou desenvolver uma análise crítica e reflexiva sobre as Teorias do Direito de Hans Kelsen e Alf Ross..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

2004 - 2005

Integrantes: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes - Coordenador.
Financiador(es): Universidade Federal de Ouro Preto - Bolsa.
Uma Análise Crítica dos Sistemas de Controle de Constitucionalidade das Leis no direito comparado e no Brasil
Descrição: O projeto objetivou enfrentar de forma crítica e reflexiva os Sistemas de Controle de Constitucionalidade desenvolvidos no direito comparado e no Brasil sob a ótica da Teoria discursiva do direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Projetos de desenvolvimento

2011 - 2011

Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça

Descrição: Investigação da Hermenêutica Jurídica como desdobramento da racionalidade imanente do Direito. O projeto visa estabelecer a conexão entre o pensamento jurídico e o pensamento hermenêutico, permitindo bases teóricas para a construção de uma Hermenêutica Jurídica fortemente alicerçada no pensamento filosófico, e portanto, conecta ao percurso ocidental da idéia de justiça. Para tanto, alcança os planos da elaboração e da aplicação do Direito, aos quais oferece novas perspectivas teóricas.

Situação: Em andamento; Natureza: Desenvolvimento.

Integrantes: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes - Integrante / Joaquim Carlos Salgado - Coordenador / Mariá Brochado Ferreira - Integrante / Monica Sette Lopes - Integrante.
Financiador(es): Faculdade de Direito da UFMG - Outra.



Membro de corpo editorial

2011 - Atual

Periódico: Revista da Procuradoria do Município de Juiz de Fora

2010 - Atual

Periódico: Editora Lumen Juris

2004 - Atual

Periódico: Revista do Curso de Direito do Centro Universitário Izabela Hendrix

2001 - Atual

Periódico: Revista da Faculdade de Direito de Sete Lagoas

Revisor de periódico

2010 - Atual

Periódico: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Im

2011 - Atual

Periódico: Revista da Procuradoria do Município de Juiz de Fora

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

6.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Penal.

Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Bem.

Francês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Italiano

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Latim

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2012

Membro do Conselho Científico, Instituto de Hermenêutica Jurídica.

2012

Professor Homenageado da Tuma de Direito de 2008 da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP.

2006

Patrono da Turma de Direito de 2006 do Centro Universitário Izabela Hendrix, Centro Universitario izabela Hendrix.

Produções

Produção bibliográfica

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **FERNANDES, B.G.**; DANTAS, I. C. . CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO: ENTRE AS TEORIAS POPULARES DO CONSTITUCIONALISMO E UM NOVO APORTE DO PAPEL DAS CORTES NA DEMOCRACIA. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, v. 64, p. 61-88, 2019.
2. **FERNANDES, B.G.**; SENNA, J. F. A. S. . Considerações e Reflexões Críticas sobre os Recentes Ataques Terroristas Sofridos pela França à luz do Dilema entre Segurança Nacional e proteção dos Direitos Humanos. REVISTA DA AGU, v. 15, p. 01-244, 2016.
3. **FERNANDES, B.G.**; BAHIA, A. G. M. F. ; OLIVEIRA, M. A. C. ; SILVA, D. B. E. . O caso Cunha no STF e a defesa da integridade constitucional: a decisão liminar na AC 4.070 e o sentido adequado das prerrogativas e imunidades parlamentares. Empório do Direito, v. 01, p. 01, 2016.
4. **FERNANDES, B.G.**; BAHIA, A. G. M. F. ; OLIVEIRA, M. A. C. ; SILVA, D. B. E. . O pedido de impeachment contra o vice-presidente Michel Temer e a concessão parcial da liminar no MS 34.087 pelo ministro Marco Aurélio. empório do Direito, v. 01, p. 01-04, 2016.
5. **FERNANDES, B.G.**; BAHIA, A. G. M. F. ; OLIVEIRA, M. A. C. ; SILVA, D. B. E. . Uma vez mais: a decisão do Min. Marco Aurélio no caso do pedido de impeachment do Vice-Presidente Temer (MS 34.087) e a exigência da coerência de princípio como integridade ? uma resposta à crítica de Paulo Iotti Vecchiatti. empório do Direito, v. 01, p. 01-05, 2016.
6. **FERNANDES, B.G.**; BAHIA, A. G. M. F. ; MEYER, E. P. N. ; OLIVEIRA, M. A. C. ; VECCHIATI, P. R. I. . Para defender a Constituição e a lei, por vezes cabe dizer o óbvio: crimes de responsabilidade são crimes. E não há crimes. Em resposta a Pedro Canário. Empório do Direito, v. 01, p. 01-05, 2016.
7. **FERNANDES, B.G.**. A nova exegese da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nos termos da Lei 12.063/09: uma análise dogmática e jurisprudencial. Revista Jurídica Democracia, Direito & Cidadania, v. 4, p. 01-10, 2011.
8. **FERNANDES, B.G.**. Breve abordagem crítica sobre a questão dos Tratados Internacionais frente à Constituição e sobre a recepção da Lei da Anistia em nosso ordenamento: uma análise reflexiva sobre decisões do Supremo Tribunal Federal permeadas pelo self restraint ou pelo ativismo. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Juiz de Fora - RPGMJF, v. 01, p. 03-152, 2011.
9. **FERNANDES, B.G.**. A Imunidade Formal em relação ao Processo após a Emenda Constitucional n 35 de 2001: uma breve análise dogmática e jurisprudencial. Revista Jurídica Democracia, Direito & Cidadania, v. 2, p. 01-08, 2010.
10. **FERNANDES, B.G.**. Globalização, Direito Constitucional, Democracia e Sociedade: uma breve reflexão no pano de fundo da Modernidade ou da pós modernidade? do Estado Nacional ou Pós-nacional?. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Impresso), v. 56, p. 1-362, 2010.
11. **FERNANDES, B.G.**. Considerações sobre recentes decisões do Supremo Tribunal Federal permeadas pelo Self Restraint ou pelo ativismo. Reflexões críticas à luz da Teoria do Direito como Integridade de Ronald Dworkin. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Impresso), v. 57, p. 1-448, 2010.
12. **FERNANDES, B.G.**; SILVA, C. M. F. P. E. ; BAHIA, A. G. M. F. ; CASABONA, C. M. R. ; PIMENTA, E. G. ; PRATES, F. C. ; WILDMANN, I. P. ; MAGALHAES, J. L. Q. ; POLI, L. M. ; REPOLES, M. F. S. . Acesso à Justiça no Estado Democrático de Direito e a Qualidade das Decisões Judiciais. Revista do Curso de Direito do Unicentro Izabela Hendrix, Belo Horizonte, v. 03, p. 07-167, 2004.
13. **FERNANDES, B.G.**; LEAL, A. C. ; SILVA, C. M. F. P. E. ; LAUREANO, D. S. ; ROCHA, F. A. N. G. ; POLI, L. M. ; REPOLES, M. F. S. ; DIAS, M. T. F. ; TAVARES, M. F. ; MERLIN, M. M. A. . A Teoria Geral do Processo e a Teoria da Constituição no Estado Democrático de Direito. Revista do Curso de Direito do Unicentro Izabela Hendrix, Belo Horizonte, v. 01, p. 07-181, 2003.
14. **FERNANDES, B.G.**. Processo, Democracia e Constituição. Revista da Faculdade de Direito de Sete Lagoas, v. 1, p. 57-110, 2002.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **FERNANDES, B.G.**. Curso de Direito Constitucional, 11ª Edição. 11. ed. Salvador: Juspodvm, 2019. v. 1. 2032p .
2. **FERNANDES, B.G.**. Curso de Direito Constitucional, 10ª Edição. 10. ed. Salvador: Juspodvm, 2018. v. 1. 1840p .
3. **FERNANDES, B.G.**; PEREIRA, Rodolfo Viana . Constituição, Democracia e Jurisdição. 1. ed. Belo Horizonte: IDDE, 2018. v. 1. 341p .
4. **FERNANDES, B.G.**; PEREIRA, Rodolfo Viana . 30 anos da Constituição Cidadã: Debates em sua Homenagem. 1. ed. Belo Horizonte: IDDE, 2018. v. 1. 319p .
5. **FERNANDES, B.G.**. Curso de Direito Constitucional 9ª Edição. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 1. 1726p .
6. **FERNANDES, B.G.**; BUSTAMANTE, T. R. . Democratizing Constitutional Law: Perspectives on Legal Theory and the Legitimacy of Constitutionalism. 01. ed. Switzerland: Springer, 2016. v. 01. 328p .
7. **FERNANDES, B.G.**. Curso de Direito Constitucional 8ª Edição. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. v. 1. 1576p .
8. **FERNANDES, B.G.**; STIGUERT, B. (Org.) . 25 Anos da Constituição de 1988: Entre o Passado e o Futuro. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2015. v. 1. 368p .
9. **FERNANDES, B.G.**. Curso de Direito Constitucional 7ª Edição. 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2015. v. 1. 1376p .
10. **FERNANDES, B.G.**; SARTORI, V. B. (Org.) ; COSTA, I. G. (Org.) . Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica. 1. ed. Florianópolis-SC: Conpedi, 2015. v. 1. 258p .



- ✳ **FERNANDES, B.G.**. Direito Constitucional e Democracia: Entre a Globalização e o Risco. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. v. 1. 230p .
15. **FERNANDES, B.G.**. Remédios Constitucionais na doutrina e na jurisprudência do STF e STJ 2ª Edição. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2011. v. 1. 184p .
16. **FERNANDES, B.G.**. Curso de Direito Constitucional 3ª Edição. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. v. 1. 86p .
17. **FERNANDES, B.G.**. Estudos de Direito Constitucional e Teoria da Constituição -Volume II. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. v. 2. 129p .
18. **FERNANDES, B.G.**. Estudos de Direito Constitucional e Teoria da Constituição - Volume I. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. v. 2. 162p .
19. ✳ **FERNANDES, B.G.**. Interpretação Constitucional: Reflexões sobre (a nova) Hermenêutica. 2. ed. Salvador-BA: Jus Podivm, 2011. v. 1. 355p .
20. **FERNANDES, B.G.**. Curso de Direito Constitucional 1ª Edição. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. v. 1. 1070p .
21. **FERNANDES, B.G.**. Curso de Direito Constitucional 2ª Edição. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. v. 1. 1040p .
22. **FERNANDES, B.G.**. Interpretação Constitucional: Reflexões sobre (a nova) Hermenêutica. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2010. v. 1. 300p .
23. **FERNANDES, B.G.**. Remédios Constitucionais na doutrina e na jurisprudência do STF e do STJ. 1. ed. Salvador: Podivm, 2009. v. 1. 162p .
24. **FERNANDES, B.G.**; Pedron, Flávio Quinaud . O Poder Judiciário e(m) Crise. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. v. 1. 306p .



Capítulos de livros publicados

1. **FERNANDES, B.G.**. Reflexões sobre a Tese do Presidencialismo de Coalização de Sergio Abranches nos 30 anos da Constituição de 1988. In: Bernardo Gonçalves Fernandes; Rodolfo Viana Pereira. (Org.). Constituição, Democracia e Jurisdição. 1ed.Belo Horizonte: IDDE, 2018, v. 1, p. 75-86.
2. **FERNANDES, B.G.**; SENNA, J. F. A. S. . Reflexões sobre a Clássica e a Moderna Teorização dos Direitos Humanos. In: Bernardo Gonçalves Fernandes; Rodolfo Viana Pereira. (Org.). 30 anos da Constituição Cidadã: Debates em sua homenagem. 1ed.Belo Horizonte: IDDE, 2018, v. 1, p. 07-319.
3. **FERNANDES, B.G.**. A Separação dos Poderes e o Estado de Coisas Inconstitucional reconhecido na ADPF nº347. In: Afredo Coppeti Neto; George Salomão Leite; Glauco Salomão Leite. (Org.). Dilemas na Constituição. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2017, v. 1, p. 261-270.
4. **FERNANDES, B.G.**. O movimento do Neoconstitucionalismo (contemporâneo) e suas principais características e críticas. In: Thiago Penido Martins; Rodrigo Almeida Magalhães; Rodolpho Barreto Sampaio Júnior. (Org.). Judicialização das Políticas Públicas. 1ed.Belo Horizonte: D´Plácido, 2017, v. 01, p. 01-301.
5. **FERNANDES, B.G.**. A Defence of a Broader Sense of Constitutionalism Dialogues Based on Jeremy Waldron´s Criticism on Judicial Review. In: Bernardo Gonçalves Fernandes; Thomas Bustamante. (Org.). Democratizing Constitutional Law: Perspectives on Legal Theory and the Legitimacy of Constitutionalism. 01ed.Switzerland: Springer, 2016, v. 01, p. 147-166.
6. **FERNANDES, B.G.**. Os Direitos Fundamentais nas relações privadas à luz da Teoria da Integridade de Ronald Dworkin. In: Monica Queiroz; Carlos Henrique Fernandes Guerra; Marcelo de Mello Vieira; Marina Carneiro Matos Sillman. (Org.). Direito Civil em Debate: Reflexões Críticas obre temas atuais. 01ed.Belo Horizonte: D´Plácido, 2016, v. 01, p. 11-31.
7. **FERNANDES, B.G.**; MEIRA, R. S. . Um Argumento Normativo a favor dos Diálogos Constitucionais. In: Jorge Miranda; José Luiz Bolzan, Saulo de Traso Rodrigues; Nuria Belloso Martin. (Org.). Hermenêutica, Justiça Constitucional e Direitos Fundamentais. 1ed.Curitiba - Paraná: Júrua, 2016, v. 01, p. 1-860.
8. **FERNANDES, B.G.**. A Hermenêutica Jurídica na Doutrina Pátria: As Contribuições de Lenio Streck em Verdade e Consenso. In: Clarissa Tassinari; Marcio Gil Tostes dos Santos; Rafael Tomaz de Oliveira. (Org.). Hermenêutica, Constituição e Decisão Judicial: Estudos em homenagem ao professor Lenio Luiz Streck. 1ed.Porto Alegre-RS: Livraria do Advogado, 2016, v. 1, p. 1-536.
9. **FERNANDES, B.G.**; DAVID, R. B. . Moralismo, Pragmatismo Jurídico e a falha Democrática: Um breve Estudo de caso à luz da Teoria da Integridade de Ronald Dworkin. In: Bernardo Gonçalves Fernandes; Bruno Stiguert. (Org.). 25 Anos da Constituição de 1988: Entre o Passado e o Futuro. 1ed.Belo Horizonte: Arraes, 2015, v. 1, p. 1-368.
10. **FERNANDES, B.G.**. A Controvérsia sobre a perda de mandato dos parlamentares nos 25 anos da Constituição de 1988. In: Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira; Adriana Campos. (Org.). Constituição e Democracia: 25 anos da Constituição Brasileira. 1ed.Belo Horizonte: Initia Via, 2015, v. 1, p. 1-254.
11. **FERNANDES, B.G.**. Afinal de Contas: O que é Globalização? Quais os equívocos e perigos que a permeiam? Uma Breve análise a partir de Anthony Giddens, Ulrich Beck e Jürgen Habermas. In: Alvaro Ricardo Souza Cruz. (Org.). Constitucionalismo Discursivo. 1ed.Belo Horizonte: Arraes, 2015, v. 1, p. 1-305.
12. ✳ **FERNANDES, B.G.**. Legal Argumentation and Theories of Adjudication in the U.S. Legal Tradition: A Critical View of Cass Sunsten's Minimalism, Richard Posner's Pragmatism and Ronald Dworkin's Advocacy of Integrity. In: Thomas Bustamante; Christian Dahlman. (Org.). Argument Types and Fallacies in Legal Argumentation. 1ed.Heidelberg: Springer, 2015, v. 1, p. 1-230.
13. **FERNANDES, B.G.**; DAVID, R. B. ; PAIVA, D. F. . The Dworkin's answer to Posner's Economici analisisis of Law on Bush v. Gore Supreme Court Decision. In: Marcelo Galuppo; Monica Sette Lopes. Lucas Gontijo; Thomas Bustamantye; karine Salgado. (Org.). Human Rights, Rule of law and the Contemporary Social Challenges in Complex Societies: Proceedings of the XXVI World Congress of Philosophy of the Law and Social Philosophy. 1ed.Belo Horizonte: Initia Via, 2015, v. 01, p. 1002-1012.
14. **FERNANDES, B.G.**. Constitutional Interpretatio in Philophy of Law beyound interpretativism and non-interpretativism. In: Marcelo Galuppo; Monica Sette Lopes; lucas Gontijo; Thomas Bustamante; Karine Salgado. (Org.). Human Rightas, Rule of Law and the Contemporary Social challenges in complex Societies: Proceedings of the XXVI World Coqress of Philosophy of



Melo Freitas; Luízes Carlos Balbino Gambogi; Anízio Filho Gavião Filho. (Org.). Teorias do Direito e Realismo Jurídico. 1ed. Florianópolis-SC: , 2015, v. 1, p. 46-65.

16. **FERNANDES, B.G.**; MEIRA, R. S. . Guerra Fiscal do ICMS: Os Desafios do projeto de Federalismo Assimétrico e da Era do Capital Volátil. In: Misabel de Abreu Machado Derzi; Onofre Alves Batista Júnior; Andre Mendes Moreira. (Org.). Estado Federal e Tributação. 1ed. Belo Horizonte: Arraes, 2015, v. 4, p. 1-543.
17. **FERNANDES, B.G.**. A Teoria da Constituição à luz dos Movimentos do Constitucionalismo (Moderno), do Neoconstitucionalismo (Contemporâneo), do Transconstitucionalismo e do Constitucionalismo (Latino-Americano) Plurinacional do. In: Flaviano Barros Magalhães; José Luiz Bolzan. (Org.). Novo Constitucionalismo Latino-Americano. 1ed. Belo Horizonte: Ed. Arraes, 2014, v. 01, p. 1-210.
18. **FERNANDES, B.G.**; MEIRA, R. S. . Os Poderes dos Magistrados devem continuar a ser ampliados? Críticas ao Projeto do Novo Código de Processo Civil à luz de um modelo constitucionalmente (discursivo-democrático) adequado de processo. In: Luiz Fux; Dierle José Nunes; Fredie Didier Júnior; Bruno Dantas. (Org.). Novas Tendências do Processo Civil - Estudos sobre o Projeto do Novo CPC. 1ed. Salvador - BA: Juspodivm, 2014, v. 02, p. 1-736.
19. **FERNANDES, B.G.**; DANTAS, I. C. . A Judicialização do direito social à saúde à luz dos 25 anos da Constituição Federal de 1988: soluções paliativas até quando?. In: CONPEDI. (Org.). XXIII Congresso Nacional do Conpedi-UFPB: A HUMANIZAÇÃO DO DIREITO E A HORIZONTALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO SÉCULO XXI.. 1ed. Florianópolis-SC: Conpedi, 2014, v. 1, p. 1-528.
20. **FERNANDES, B.G.**; MEIRA, R. S. . A Reconstrução Discursiva dos Direitos Humanos. In: Robério Nunes dos Anjos Filho. (Org.). Direitos Humanos e Direitos Fundamentais - Dialogos Contemporâneos. 01ed. Salvador - Bahia: Juspodivm, 2013, v. 01, p. 01-673.
21. **FERNANDES, B.G.**. Uma análise, dogmática, jurisprudencial e reflexiva sobre o Mandado de Segurança Coletivo positivado na recente Lei 12.016/09. In: Felipe Machado e Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. (Org.). Constituição e Processo: uma análise Hermenêutica da (re)construção dos códigos. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, v. 03, p. 01-299.
22. **FERNANDES, B.G.**; DAVID, R. B. . Hermenêutica Constitucional norte-americana: reflexões sobre a Critical Legal Studies, a Law and Economics e a Teoria da Integridade. In: Rubens Beçak; José Ricardo Henrique Carvalho Salgado. (Org.). HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL NORTE-AMERICANA: REFLEXÕES SOBRE A CRITICAL LEGAL STUDIES, A LAW AND ECONOMICS E A TEORIA DA INTEGRIDADE. 1ed. FLORIANOPOLIS: FUNJAB, 2012, v. 1, p. 252-271.
23. **FERNANDES, B.G.**. Teoria da Interpretação Judicial para além do interpretativismo e do não- interpretativismo. In: CONPEDI-UFU. (Org.). Teoria da Interpretação Judicial para além do interpretativismo e do não- interpretativismo. 1ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012, v. 01, p. 234-253.
24. **FERNANDES, B.G.**. Mandado de Injunção: do Formalismo ao Axiologismo? O que Mudou? Uma análise Crítica e Reflexiva da Jurisprudência do STF. In: Felipe Machado; Marcelo Andrade de Oliveira Cattoni. (Org.). Constituição e Processo: Entre o Direito e a Política. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 13-324.
25. **FERNANDES, B.G.**. Transformações da sociedade na contemporaneidade: um desafio a ser enfrentado pela perspectiva da modernidade ou pós-modernidade?. In: Conpedi - UFES. (Org.). Transformações da sociedade na contemporaneidade: um desafio a ser enfrentado pela perspectiva da modernidade ou pós-modernidade?. 01ed. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2011, v. 01, p. 01-11742.
26. **FERNANDES, B.G.**. Os Passos da Hermenêutica: Da Hermenêutica à Hermenêutica Filosófica, da Hermenêutica Jurídica à Hermenêutica Constitucional e da Hermenêutica Constitucional à Hermenêutica Constitucionalmente adequada ao Estado Democrático de Direito. In: Bernardo Gonçalves Fernandes. (Org.). Interpretação Constitucional: Reflexões sobre (a nova) Hermenêutica. 01ed. Salvador: Jus Podivm, 2010, v. 01, p. 7-101.
27. **FERNANDES, B.G.**. Aspectos do Federalismo Canadense. In: José Luiz Quadros de Magalhães. (Org.). Pacto Federativo. 25ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, v. 1, p. 1-.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **FERNANDES, B.G.**; DANTAS, I. C. . A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO SOCIAL À SAÚDE À LUZ DOS 25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: SOLUÇÕES PALIATIVAS ATÉ QUANDO?. In: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI-UFPB, 2014, João Pessoa- PB. XXIII Congresso Nacional do Conpedi-UFPB: A HUMANIZAÇÃO DO DIREITO E A HORIZONTALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO SÉCULO XXI. Florianópolis: CONPEDI, 2014. v. 1. p. 1-528.
2. **FERNANDES, B.G.**. Teoria da Interpretação Judicial para além do interpretativismo e do não- interpretativismo. In: Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU, 2012, Uberlândia. Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais Individuais e Coletivos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012., 2012. v. 1. p. 01-14794.
3. **FERNANDES, B.G.**; DAVID, R. B. . Hermenêutica Constitucional Norte-americana: A Critical Legal Studies, a Teoria da Integridade e a Law Economic. In: XXI Congresso do Conpedi - UFF, 2012, Niteroi. XXI Conpedi de Niteroi-RJ. Florianópolis: FUNJAB, 2012. v. 01. p. 01-271.
4. **FERNANDES, B.G.**. A Globalização e as transformações da Sociedade na Contemporaneidade: um desafio a ser enfrentado pela perspectiva da modernidade ou da pós-modernidade?. In: XX Congresso Nacional do Conpedi, 2011, Vitória-ES. XX Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2011. v. 01. p. 01-13885.

Outras produções bibliográficas

1. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C. . Decisão e Jurisdição Constitucional. Rio de Janeiro, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)> .
2. **FERNANDES, B.G.**. Processo Constitucional. Belo Horizonte, 2016. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)> .
3. **FERNANDES, B.G.**. Prefácio ao Livro (O) Outro (e) (o) Direito - Volume 1. Belo Horizonte, 2015. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)> .



Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **FERNANDES, B.G.**; BORGES, A. W.; MELO, L. C. F.. Participação em banca de Eduardo Rodrigues dos Santos. Direitos Fundamentais Atípicos: Uma Análise do § 2º do art.5º da Constituição Brasileira de 1988. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Universidade Federal de Uberlândia.
2. **FERNANDES, B.G.**; BAHIA, A. G. M. F.; MEYER, E. P. N.; OLIVEIRA, M. A. C.. Participação em banca de Rafale Dilly Patrus. Articulação Constitucional e Justiça de Transição: uma releitura da ADPF nº 320 no marco do constitucionalismo abrangente. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
3. **FERNANDES, B.G.**; MAGALHAES, J. L. Q.; BUSTAMENTE, T. R.. Participação em banca de Lilian Márcia de Castro Ribeiro. A Efetividade ético-discursiva do direito à consulta prévia às comunidades quilombolas no Brasil - Um olhar sobre as Comunidades: Povoado do Onça, Cuba e Marfim em Santa Inês- MA. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
4. **FERNANDES, B.G.**; SALES, S. J. S.; OLIVEIRA, R. F.. Participação em banca de Pablo Fabrício de Souza Pimenta. Aspectos da Nova Lei de Lavagem de Capitais (Lei nº 12.683). 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
5. **FERNANDES, B.G.**; BUSTAMENTE, T. R.; SOARES, C. H.. Participação em banca de Rafael Augusto de Moraes Andrade Santos. A Decisão Interlocutória Inadita Altera Parte: entre efetividade e legitimidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
6. **FERNANDES, B.G.**; LIMA, Iara Menezes; SOARES, M. L. Q.. Participação em banca de Bruna Villas Boas Campos. As Raízes Históricas do Ativismo Judicial na Tradição Jurídica Norte-americana e sua Repercussão no Debate Hermenêutico Constitucional. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
7. SAMPAIO, J. A. L.; **FERNANDES, B.G.**; TAVARES, F. H.. Participação em banca de Alan Junio Fernandes Lopes. Estado Laico: Uma Reflexão conceitual e filosófica em torno da relação entre Estado e Igreja. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
8. **FERNANDES, B.G.**; MACIEL, G. F.; MAGALHAES, J. N.. Participação em banca de Tiago Flexa de Almeida. Coisa Julgada: Uma releitura de sua função e do valor que orienta no processo, pela perspectiva das teorias do sistema e da confiança de Niklas Luhmann. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
9. **FERNANDES, B.G.**; CRUZ, A. R. S.; BUSTAMENTE, T. R.. Participação em banca de Raphaela Borges David. Entre a abordagem Pragmática e o Direito como Integridade: Um estudo de caso a partir da Lei da ficha Limpa. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
10. **FERNANDES, B.G.**; WILDMANN, I. P.; FERREIRA, M. B.. Participação em banca de Daniel Felipe de Paiva. O Estado entre o incentivo ao crescimento econômico e o combate à desigualdade no século XXI. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
11. **FERNANDES, B.G.**; LIMA, I. M.; LEAL, A. C.. Participação em banca de João Andre Alves Lança. Mutação Constitucional: Fundamentação e Limites à luz da Hermenêutica Filosófica e da Teoria Estruturalista do Direito. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
12. **FERNANDES, B.G.**; BUSTAMENTE, T. R.; MENDES, C. H.. Participação em banca de Ana Luiza de Navarro Moreira. We (Believe or Distrust) The People: O Controle de Constitucionalidade das emendas à Constituição e o problema da autoridade. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
13. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C.; MEYER, E. P. N.. Participação em banca de André de Oliveira Moraes. Por uma Justiça de Transição Efetiva: análise crítico-jurídicas da atuação do Ministério Público Federal na promoção das ações judiciais destinadas a implementação das dimensões fundamentais da justiça transnacional. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
14. **FERNANDES, B.G.**; SILVA, L. A. M.; SILVA, L. G.. Participação em banca de Patricia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza. O Princípio da Segurança Jurídica em face do processo administrativo disciplinar federal. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Sergipe.
15. **FERNANDES, B.G.**; BUSTAMENTE, T. R.; CHUEIRI, V. K.. Participação em banca de João Victor Nascimento Martins. Juridicidade e Justiça de Transição. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
16. **FERNANDES, B.G.**; WNDERLEY JUNIOR, B.; LIMA, I. M.. Participação em banca de Denny Mendes Santiago. As Limitações Aos Direitos Fundamentais: Os limites como Instrumento de proteção ao núcleo essencial destes direitos. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
17. **FERNANDES, B.G.**; CARDOSO, R. C.; OLIVEIRA, M. A. C.. Participação em banca de Tayara Talita Lemos. O Direito como Fundação e a Constituição como promessa: um Diálogo com Hannah Arendt. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
18. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C.; MAGALHAES, T. C.. Participação em banca de Felipe Daniel Amorin Machado. Arendt e Schmitt: Diálogos sobre a política. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
19. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C.; Da Silva, C.A.C. M. Participação em banca de Bruno Cesar Gonçalves da Silva. DA

Universidade Católica de Minas Gerais.

21. **FERNANDES, B.G.**; TAVARES, F. H.; LEAL, R. P.. Participação em banca de Leonardo Augusto Leão Lara. O PROCESSO COMO GARANTIA DE REALIZAÇÃO DA TEORIA DO DISCURSO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.



Teses de doutorado

1. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C.; CARVALHO NETO, M.; GUIMARAES, J. R.; BERCOVICI, G.; REPOLES, M. F. S.. Participação em banca de Adamo Dias Alves. Elementos Bonapartistas no Processo de Constitucionalização Brasileira: uma análise crítico-reflexiva da história constitucional brasileira de 1823 a 1945. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
2. **FERNANDES, B.G.**; FERNANDES, F. A.; OLIVEIRA, R. F.; SALES, S. J. S.; DERZI, M. A. M.. Participação em banca de Guilherme Gouveia de Figueiredo. Direito Penal Econômico - Empresarial e Crimes do Colarinho branco os white - collar crimes entre o expansionismo, a (in)eficácia preventiva e a procura de uma identidade dogmática. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
3. **FERNANDES, B.G.**; FIUZA, C.; SAMPAIO JUNIOR, R. B.; MAGALHAES, R. A.; DINIZ, J. B. M.. Participação em banca de Thiago Penido Martins. Igualdade e Autonomia Privada: a eficácia do direito fundamental à igualdade no âmbito das relações jurídicas privadas contratuais e a proteção ao direito de livre desenvolvimento da personalidade humana. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
4. **FERNANDES, B.G.**; STRECK, L. L.; OHWEILER, L. P.; LINBERGER, T.; TEIXEIRA, A. V.. Participação em banca de Fausto Santos de Moraes. Hermenêutica e Pretensão de Correção: Uma Revisão Crítica da Aplicação do Princípio da Proporcionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. 2013. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito) - UNISINOS.
5. **FERNANDES, B.G.**; LEAL, A. C.; NUNES, Dierle José; TAVARES, F. H.; RIBEIRO, F. A.; MARQUES, L. A. M.. Participação em banca de Dhenis Cruz Madeira. Tópica e Processo. 2012 - Faculdade de Direito.
6. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C.; REPOLES, M. F. S.; CRUZ, A. R. S.; SILVA FILHO, J. C. M.. Participação em banca de Emílio Peluso Neder Meyer. Responsabilização por graves violações de direitos humanos na ditadura de 1964-1985: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153/DF pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
7. **FERNANDES, B.G.**; VIEIRA, José Marcos. Participação em banca de Carlos Henrique Soares. COISA JULGADA CONSTITUCIONAL. 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
8. **FERNANDES, B.G.**; LEAL, R. P.; SOARES, M. L. Q.; TAVARES, F. H.; DINIZ, A. J. A.. Participação em banca de Gustavo Gomes França. A JURISDIÇÃO COMO PRESSUPOSTO INTEGRATIVO DO SISTEMA COMUNITÁRIO. 2004. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Qualificações de Doutorado

1. **FERNANDES, B.G.**; BUSTAMANTE, T. R.; SARTORI, V. B.. Participação em banca de Igor de Carvalho Enriquez. O papel das Súmulas Vinculantes na relação entre cortes e legislativo: tensão e complementariedade entre a produção normativa judicial (judicial lawmaking) e a produção normativa legislativa (legislative lawmaking). 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
2. **FERNANDES, B.G.**; BUSTAMANTE, T. R.; SARTORI, V. B.. Participação em banca de Gregore Moreira de Moura. A Redução da Pobreza Ancorada na Fraternalidade como reconstrução discursiva dos Direitos Humanos, na Esteira da Corresponsabilidade Estatal. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **FERNANDES, B.G.**; ENRIQUEZ, I. C.; SIMIM, T. A.. Participação em banca de Najara Sthepanie de Araujo. A Constitucionalização dos Direitos Privados e a Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
2. **FERNANDES, B.G.**; ENRIQUEZ, I. C.; SIMIM, T. A.. Participação em banca de Sarah Alves Lança. Direitos Políticos e Imunidades Parlamentares: O caso Natan Donadom e a decisão Liminar no Mandado de Segurança 32326. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
3. **FERNANDES, B.G.**; FERREIRA, Maria Brochado; LEMOS, T. T.. Participação em banca de Ingrid Cunha Dantas. Da (Falta de Efetividade) do Direito social à Saúde - (Re)pensando Criticamente a Judicialização do Direito à Saúde. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
4. **FERNANDES, B.G.**; PEREIRA, Rodolfo Viana; MEIRA, R. S.. Participação em banca de Nêvio Rodrigues Souto Amaral. A chegada dos Direitos Sociais no Brasil: A importância das primeiras Constituições Sociais no Mundo e seus reflexos no ordenamento jurídico nacional. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
5. **FERNANDES, B.G.**; SOARES, C. H.; ANDRADE, R. A. M.. Participação em banca de Uelton David do Nascimento. Perspectiva da Eficácia Horizontal: A possibilidade da vinculação dos direitos fundamentais nas relações privadas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
6. **FERNANDES, B.G.**; ANDRADE, R. A. M.; SILVA, I. E.. Participação em banca de Leonardo Alves Nunes. A Exclusão Digital da terceira Idade perante o Estatuto do Idoso. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
7. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C.; PATRUS, R. D.. Participação em banca de Renan Sales de Meira. Reconhecimento: matéria da Justiça social. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.

- 
9. **FERNANDES, B.G.**; LIMA, Tara Menezes; CAPANEMA DE ALMEIDA, Marcos Lourenço. Participação em banca de Mathheus Leal Jaud.A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS PELO STF NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
 10. **FERNANDES, B.G.**; PEREIRA, Rodolfo Viana; CAPANEMA DE ALMEIDA, Marcos Lourenço. Participação em banca de Lorenia Cássia Araujo Gontijo.A MIGRAÇÃO DO DIREITO PENAL PARA O ELEITORAL - APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DO ESTADO DE INOCÊNCIA. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
 11. **FERNANDES, B.G.**; PEREIRA, Rodolfo Viana; CAPANEMA DE ALMEIDA, Marcos Lourenço. Participação em banca de Camila Nicolai Gomes.AS SÚMULAS VINCULANTES E O PARADIGMA ENTRE O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO VERSUS SEGURANÇA JURÍDICA. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
 12. **FERNANDES, B.G.**; PEREIRA, Rodolfo Viana. Participação em banca de Caroline de Avila Naves.A ABSTRATIVIZAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E O PAPEL DO SENADO FEDERAL NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE: UMA ANÁLISE DO ARTIGO 52, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
 13. **FERNANDES, B.G.**. Participação em banca de Daniel Monteiro da Silva.UM ESTUDO SOBRE AS MEDIDAS PROVISÓRIAS. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.
 14. **FERNANDES, B.G.**; SA, M. F. F.; REPOLES, M. F. S.. Participação em banca de Denise Andréia Lima Resende.EUTANÁSIA: UM PROBLEMA NECESSITANDO DE SOLUÇÃO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.
 15. **FERNANDES, B.G.**; BERNARDES, F. C.. Participação em banca de Flávia Araújo Dias do Nascimento.COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA NAS OPERAÇÕES MERCANTIS DO PROGRAMA DE COMPUTADOR (SOFTWARE). TRIBUTAÇÃO PELO ICMS OU ISS ?. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.
 16. **FERNANDES, B.G.**; MAGNO, A.; TAVARES, M. F.. Participação em banca de Ricardo Matos de Oliveira.A INCERTEZA DA FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO NAS AÇÕES DE DANO MORAL PELO PODER JUDICIÁRIO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.
 17. **FERNANDES, B.G.**; FRANCA, M. C.. Participação em banca de Angela Maria Rodrigues.REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DE ENTENDER O DIREITO COMO PRESSUPOSTO PARA O ACESSO À JUSTIÇA. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Educacional Monsenhor Messias.
 18. **FERNANDES, B.G.**; WILDMANN, I. P.; VIANNA, F. B. L.. Participação em banca de Alex Kronembregger Alves.BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO AUXÍLIO RECLUSÃO: INCONSTITUCIONALIDADE DA LIMITAÇÃO DO TETO MÁXIMO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.
 19. **FERNANDES, B.G.**; SA, M. F. F.. Participação em banca de Cristina de Castilho Batista.ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS DA LEI 9.434/97 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 10.211/01 E OS DIREITOS DE PERSONALIDADE NO NOVO CÓDIGO CIVIL. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.
 20. **FERNANDES, B.G.**; LAUREANO, D. S.; TAVARES, M. F.. Participação em banca de Frederico Costa Greco.ÉTICA E DIREITO: UMA ANÁLISE DO PROBLEMA DA EFICÁCIA DO DIREITO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.
 21. **FERNANDES, B.G.**; REPOLES, M. F. S.. Participação em banca de Juliana Lopes de Paula.TEORIA DA APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E O MANDADO DE INJUNÇÃO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.
 22. **FERNANDES, B.G.**; SA, M. F. F.; VIANNA, F. B. L.. Participação em banca de Juliana Ribeiro Mattana.AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE: O ANIQUILAMENTO NORMATIVO DA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.
 23. **FERNANDES, B.G.**; CARVALHO NETO, M.; OLIVEIRA, M. A. C.. Participação em banca de Márcio da Cunha Fernandes.TUTELA DE URGÊNCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA: TUTELA CAUTELAR E ANTECIPADA. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
 24. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C.. Participação em banca de Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia.EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
 25. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C.; CARVALHO NETO, M.. Participação em banca de Hélder G. Miranda de Oliveira.AS LEIS 9.868 E 9.882 EM QUESTÃO: POR UMA SOCIEDADE ABERTA DE INTÉRPRETES DA CONSTITUIÇÃO. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.
 26. **FERNANDES, B.G.**; OLIVEIRA, M. A. C.; CARVALHO NETO, M.. Participação em banca de Bruno Ferreira Cypriano.A AMPLIAÇÃO DA TAREFA DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA LEI NO PROCESSO FISCAL. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Professor titular

1. **FERNANDES, B.G.**; CUNHA JUNIOR, D.; RAMOS, P. R. B.. Banca Examinadora do Concurso Público para o cargo de Professor Assistente I de Direito Constitucional da Universidade Federal da Bahia. 2015. Universidade Federal da Bahia.
2. **FERNANDES, B.G.**; CAMPOS, A.; OLIVEIRA, M. A.; RIBEIRO, G. W.; THIRALLI BARACHO, Tereza Cristina Sprica. Banca

Ouro Preto.

4. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora do Concurso Público para preenchimento de vaga de Professor Efetivo de Direito Internacional da Carreira de Magistério Superior da UFOP. 2006. Universidade Federal de Ouro Preto.
5. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora do Concurso Público para preenchimento de vaga de Professor Efetivo de Direito do Trabalho Integrante da Carreira de Magistério Superior da UFOP. 2006. Universidade Federal de Ouro Preto.
6. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora do Concurso Público para preenchimento de vaga de Professor Efetivo de Direito Público da Carreira de Magistério Superior da UFOP. 2005. Universidade Federal de Ouro Preto.



Concurso público

1. **FERNANDES, B.G.**; BUSTAMENTE, T. R.; SALGADO, R. H. C.. Banca do Processo Seletivo para o Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG. 2014. Faculdade de Direito da UFMG.
2. **FERNANDES, B.G.**; BUSTAMENTE, T. R.; CARDOSO, R. C.. Banca do Processo Seletivo para o Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG. 2013. Faculdade de Direito da UFMG.
3. **FERNANDES, B.G.**; MELO, D.; DELAMONICA, C.. Banca Examinadora do Processo Seletivo para Professor Substituto em Direito Administrativo no Departamento de Direito da UFOP/MG. 2013. Faculdade de Direito da UFMG.
4. **FERNANDES, B.G.**; FERREIRA, Maria Brochado; BUSTAMENTE, T. R.. Banca para o Mestrado e Doutorado do Programa de Pós Graduação Faculdade de Direito da UFMG. 2012. Faculdade de Direito da UFMG.
5. **FERNANDES, B.G.**; JAYME, Fernando Gonzaga; THIBAU BARACHO, Tereza Cristina Sorice. Banca Examinadora para Ingresso no Mestrado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da UFMG. 2011. Faculdade de Direito da UFMG.
6. **FERNANDES, B.G.**; FIUZA, C.; MAGALHAES, J. L. Q.; MAGALHAES, J. N.; TUPINAMBA, E.. Banca Examinadora do Concurso Público para o preenchimento do cargo de professor de Direito Público da Unimontes/MG. 2004. Universidade Estadual de Montes Claros.
7. **FERNANDES, B.G.**; SILVA, A.; DOURADO, W. S.. Banca Examinadora do Processo Seletivo para Professor Substituto em Direito Constitucional no Departamento de Direito da UFOP/MG. 2004. Universidade Federal de Ouro Preto.
8. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora Concurso Público para o preenchimento do cargo de Delegado de Polícia de MG. 2004. Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.
9. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora do Concurso Público para o preenchimento do cargo de Delegado de Polícia de MG. 2004. Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.
10. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora do Concurso Público para o preenchimento do cargo de Delegado de Polícia de MG. 2004. Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.

Outras participações

1. **FERNANDES, B.G.**; HORTA, J. L. B.. Participação na banca para Bolsistas de Estagiário Docente no curso de Ciência do Estado. 2012. Faculdade de Direito da UFMG.
2. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora para Ingresso na Divisão de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da UFMG. 2012. Faculdade de Direito da UFMG.
3. **FERNANDES, B.G.**; THIBAU BARACHO, Tereza Cristina Sorice. Banca Examinadora para Ingresso na Divisão de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da UFMG. 2011. Faculdade de Direito da UFMG.
4. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora do Concurso Público para preenchimento de vaga de Professor Substituto da UFOP. 2006. Universidade Federal de Ouro Preto.
5. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora do Concurso Público para preenchimento de vaga de Professor Substituto da UFOP. 2006. Universidade Federal de Ouro Preto.
6. **FERNANDES, B.G.**. Banca Examinadora do Processo Seletivo para preenchimento de vaga de Professor Substituto da UFOP. 2004. Universidade Federal de Ouro Preto.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Aula Magna do Curso de Direito da UNDB. Direito, Política e o Supremo Tribunal Federal. 2017. (Seminário).
2. Aula Magna do Curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. Estado de Exceção e Rupturas Democráticas. 2017. (Seminário).
3. Congresso Piauiense de Direito Constitucional. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2017. (Congresso).
4. X Conferência Internacional: Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional. Jurisdição Constitucional e Rupturas Democráticas. 2017. (Seminário).
5. X Congresso Beneficente de Aracaju-SE. Jurisdição Constitucional e Rupturas Democráticas. 2017. (Congresso).
6. X Diálogo Internacional Brasil e Espanha: Tema Estado de Direito Socioambiental. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2017. (Congresso).
7. I Encontro de Ciências Penais Professor Jair Leonardo Lopes. Reflexão Crítica sobre a Presunção da Inocência à luz do STF. 2016. (Congresso).
8. II Congresso Brasileiro de Processo Constitucional. Jurisdição Constitucional e Estado de Exceção. 2016. (Congresso).
9. XIX Semana Jurídica da PUC MINAS Barreiro. Rupturas Democráticas. 2016. (Seminário).



12. XVI Semana Jurídica da PUC-MINAS - Barreiro.Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2015. (Seminário).
13. 1 st International Congress on Constitutional Law and Political Philosophy. Os Tribunais Constitucionais e a Democracia entre a jurisdição constitucional fraca e a forte. 2014. (Congresso).
14. Congresso Nacional do Curso de Direito da UNICEUMA - XXI Jornada Jurídica. O Desafio da efetividade Constitucional na Sociedade Contemporânea. 2014. (Congresso).
15. EMED - Encontro Mineiro de Estudantes de Direito 2014. A Legitimidade da Jurisdição Constitucional. 2014. (Congresso).
16. I Congresso de Direito e Diversidade da Faculdade de Direito Santo Agostinho-.As Dimensões da Dignidade da Pessoa Humana. 2014. (Seminário).
17. IMADEC - 6º Congresso Nacional de Direito Público e Privado. a Jurisdição Constitucional e os Limites do STF. 2014. (Congresso).
18. Seminário da Faculdade de Direito Politecnica de Uberlândia-MG.Estado de Exceção e Estado Democrático de Direito. 2014. (Seminário).
19. Seminário Nacional de Direito: Os Desafios Jurídicos no século XXI. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2014. (Congresso).
20. Aula Inaugural da Faculdade de Direito de Passos-MG.O Constitucionalismo Simbólico. 2013. (Seminário).
21. Aula Inaugural do Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional-LFG,O Estado Unitário e o Estado Federal. 2013. (Seminário).
22. EMED - Encontro Mineiro de Estudantes de Direito - 2013. Estado de Exceção e Democracia Constitucional. 2013. (Congresso).
23. IVR WORLD CONGRESS OF PHILOSOPHY OF LAND ANS SOCIAL PHILOSOPHY. The Dworkin 's answer to Posner 's Economic analysis of law, on Bush v. Gore Supreme Court. 2013. (Congresso).
24. IVR WORLD CONGRESS OF PHILOSOPHY OF LAW ANS SOCIAL PHILOSOPHY. The Constitutional Interpretation in philosophy of Law beyond interpetativism ans non-interpretativism. 2013. (Congresso).
25. IV Seminario Regional da Advocacia Geral da União.25 anos da Constituição de 1988. 2013. (Seminário).
26. Semana Jurídica das Faculdades Integradas do instituto Viana Júnior.Estado de Exceção nos 25 anos da Constituição de 1988. 2013. (Seminário).
27. Semana Jurídica da UNIVIÇOSA.Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito sob a ótica da Separação de Poderes. 2013. (Seminário).
28. SEMINÁRIO 25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO-OAB/JF.Os Direitos Fundamentais e o STF nos 25 anos da Constituição. 2013. (Seminário).
29. Seminários do Centro de Estudos de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.As Teorias da Justiça depois de Rawls frente ao Estado de Exceção como técnica de governo. 2013. (Seminário).
30. X Congresso Brasileiro: Direito e Teoria do Estado - VI Seminário Internacional de Direitos Humanos. 25 anos da Constituição de 1988: Reflexões com e contra o Constitucionalismo Simbólico. 2013. (Congresso).
31. XII FÓRUM BRASIL DE DIREITO. Reflexões Sobre o Constitucionalismo Simbólico. 2013. (Congresso).
32. 10 CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL. A Jurisdição Constitucional e os Direitos Fundamentais. 2012. (Congresso).
33. 10º Congresso Nacional de Direito Público de Salvador ? Bahia. Hermenêutica Constitucional. 2012. (Congresso).
34. 5º Congresso Nacional do Instituto de Hermenêutica Jurídica ? IHJ. Controle do STF: Quem vigia os vigias?.. 2012. (Congresso).
35. Congresso Internacional de Direito da Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFSE). A Teoria da Integridade de Ronald Dworkin. 2012. (Congresso).
36. Curso de Pós-graduação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ? ALEMGO Controle do STF. 2012. (Seminário).
37. Curso de Pós-graduação em Direito Constitucional do Instituto de Ensino LFG ? São Paulo-SP.Direitos Fundamentais: Igualdade e Liberdade.. 2012. (Seminário).
38. EMED - Encontro Mineiro de Estudantes de Direito - 2012.Hermenêutica Constitucional. 2012. (Seminário).
39. II Congresso Internacional Constitucionalismo e Democracia. O constitucionalismo Simbólico e o Estado Plurinacional latino Americano. 2012. (Congresso).
40. II Congresso Internacional Constitucionalismo e Democracia: o novo constitucionalismo latino-americano. O Estado Plurinacional na America Latina. 2012. (Congresso).
41. IX Congresso Brasileiro de Direito e Teoria do Estado e V Congresso Internacional de Direitos Humanos. Hermenêutica Constitucional. 2012. (Congresso).
42. Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Diamantina-MG.Hermenêutica Constitucional e o Controle do STF. 2012. (Seminário).
43. Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Divinópolis ? FADON.Hermenêutica Constitucional. 2012. (Seminário).
44. Semana Jurídica da Faculdade Novos Horizontes.Hermenêutica Constitucional e o Controle do STF. 2012. (Seminário).
45. V Congresso Nacional jurídico Beneficiente de Aracaju-SE. Direitos Fundamentais e o Controle do STF. 2012. (Congresso).
46. XXI Congresso Nacional do CONPEDI- UFF. Hermenêutica Constitucional Norte-americana: A Critical Legal Studies, a Teoria da Integridade e a Law Economic.. 2012. (Congresso).
47. XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU. Para além do Interpretativismo e não Interpretativismo. 2012. (Congresso).
48. 9º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL DE NATAL-RN. O Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito e a Dignidade da Pessoa Humana. 2011. (Congresso).
49. Audiência Pública da ALEMGO - Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.Ação Declaratória de Constitucionalidade. 2011. (Outra).
50. Congresso Constituição e Processo. Pacto Federativo e Reformas Processuais. 2011. (Congresso).
51. Congresso de Direito Público: Abordagem Constitucional. A Hermenêutica Constitucional e a aplicação do Direito pelo Magistrado na Era do Positivismo, Realismo e Axiologismo. 2011. (Congresso).



54. IV Seminário Jurídico da FEAD. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2011. (Seminário).
55. Semana Acadêmica de Direito da Universidade FUMEC. Hermenêutica da derrota e a derrota da Hermenêutica. 2011. (Seminário).
56. Semana Jurídica do Curso de Direito da PUC- Minas Barreiro. A Hermenêutica da Derrota e a Derrota da Hermenêutica. 2011. (Seminário).
57. Semana Jurídica do Curso de Direito da UNIPAC. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2011. (Congresso).
58. VIII Congresso Brasileiro de Direito e Teoria do Estado e IV Seminário Internacional de Direitos Humanos, Direitos Humanos, Meio Ambiente, e Relações Identitárias. 2011. (Congresso).
59. VI Semana Jurídica da Faculdade de Direito Novos Horizontes. O Princípio da Separação dos Poderes e o Estado de Exceção. 2011. (Congresso).
60. XI Semana Jurídica da curso de Direito da Faculdade São Francisco de Piumhi. Direito Constitucional na perspectiva moderna. 2011. (Congresso).
61. XI Semana Jurídica da FESBH. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2011. (Congresso).
62. XX Congresso Nacional do CONPEDI. A Globalização e as transformações da sociedade na contemporaneidade: um desafio a ser enfrentado pela perspectiva da modernidade ou da pós-modernidade?. 2011. (Congresso).
63. 3º congresso Constituição e Processo: Entre o direito e a política. Digressões sobre a obra: Decido conforme minha consciência? "Os desvios hermenêuticos na decisão judicial". 2010. (Congresso).
64. 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL DE NATAL-RN. Hermenêutica jurídica em Crise: Positivismo, Realismo e Axiologismo. 2010. (Congresso).
65. Encontro Mineiro de Estudantes de Direito (EMED). A nova Hermenêutica Constitucional. 2010. (Congresso).
66. I Congresso de Direito da Procuradoria do Município de Juiz de Fora. Democracia e Poder Local. 2010. (Congresso).
67. I Congresso Estácio de Direito Contemporâneo. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2010. (Congresso).
68. II Congresso de Direito do Instituto Mineiro de Direito Constitucional. Hermeneutica Constitucional. 2010. (Congresso).
69. II Congresso Nacional de Temas Emergentes do Direito. A (nova e velha) Hermenêutica Constitucional: O Poder Judiciário em Crise. 2010. (Congresso).
70. III Congresso Jurídico Mineiro: Direito e Política no Brasil contemporâneo. A Hermenêutica Constitucional: O poder Judiciário em crise. 2010. (Congresso).
71. III Jornada Jurídica: Direito e Sociedade. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2010. (Congresso).
72. II Jornada Acadêmica da Faculdade Dinâmica. Estado de Exceção no Estado democrático de direito. 2010. (Seminário).
73. IX Congresso Brasileiro de Direito Processual. Princípios Constitucionais Processuais e Supranacionalidade. 2010. (Congresso).
74. Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Passos. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2010. (Congresso).
75. VII Congresso Brasileiro: Direito e Teoria do Estado. A nova e a velha Hermenêutica. 2010. (Congresso).
76. XII Encontro Jurídico do UNIBH - Estudos em Direito Público. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2010. (Congresso).
77. XII Jornada Jurídica do Curso de Direito da FAC. Estado de Exceção no Estado Democrático de Direito. 2010. (Congresso).
78. I Congresso de Direito do Instituto Mineiro de Direito Constitucional. Reflexões sobre a Constituição e o Estado Federal. 2009. (Congresso).
79. 3º Encontro Brasil-Portugal de Direito Constitucional e 7º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado. Direito Constitucional. 2008. (Congresso).
80. Congresso Nacional de Direito Constitucional - 20 Anos da Constituição Cidadã. Direito Constitucional. 2008. (Congresso).
81. Fórum Comemorativo dos 20 anos da Constituição UNIPAM-MG. Positivismo, Realismo e Axiologismo: A desconstrução da hermenêutica constitucional nos 20 anos da Constituição democrática. 2008. (Seminário).
82. I Congresso Brasileiro de História do Direito. História do Constitucionalismo Moderno. 2008. (Congresso).
83. II Semana Jurídica do Curso de Direito Da PUC Minas Serro-MG. A Hermeneutica Constitucional nos 20 anos da Constituição de 1988. 2008. (Seminário).
84. VIII Semana de Estudos Jurídicos da UFOP. Vinte anos da Constituição, seus Reflexos e suas Perspectivas no Século XXI. 2008. (Seminário).
85. Congresso Nacional de Processo Civil. Hermenêutica Constitucional Democrática no STF?. 2007. (Congresso).
86. VIII Semana Jurídica da PUC Minas São Gabriel. Democracia e Processo Eleitoral. 2006. (Seminário).
87. O Futuro dos Programas de Pós-Graduação no Brasil. I Mostra de Trabalhos Acadêmicos do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. 2005. (Seminário).
88. Seminário de Direito Constitucional FADOM-MG. Súmula Vinculante. 2005. (Seminário).
89. I Simpósio de Estudos Jurídicos da PUC Minas-Barreiro. A Crise da Constituição e a Eficácia das Normas Constitucionais. 2004. (Simpósio).
90. Semana Jurídica da OAB/MG. A Eficácia das Normas Constitucionais - Constituição em Crise ?. 2004. (Seminário).
91. Jurisdição Constitucional e Interpretação Constitucional - Minicurso. Jurisdição Constitucional e Interpretação Constitucional. 2003. (Simpósio).
92. I Congresso de Direito Público. I Congresso de Direito Público da Faculdade de Direito do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. 2002. (Congresso).
93. IV Semana de Estudos Jurídicos da UFOP/MG. IV Semana de Estudos Jurídicos da UFOP/MG. 2002. (Seminário).
94. A Reforma do Poder Judiciário em Debate. A Reforma do Poder Judiciário em Debate. 1997. (Seminário).
95. Os Atos de Linguagem : de Austin à Habermans. Os Atos de Linguagem : de Austin à Habermans. 1997. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

Orientações



Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1. Aléxia Duarte Torres. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio. Início: 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG. (Orientador).

Tese de doutorado

1. Gabriel Soares Cruz. Teorias do Comportamento Judicial. Início: 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

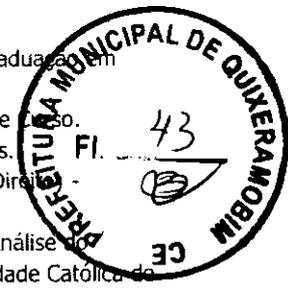
1. Renan Sales de Meira. Discriminação, Desrespeito e Reconhecimento: a Igualdade nas relações privadas - um olhar sobre o recurso extraordinário nº845.779. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG, . Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
2. Gabriel Soares Cruz. Constituição, Instituições e Performance: Um olhar da prática Constitucional do Supremo Tribunal Federal a partir do reconhecimento da parceria civil homoafetiva. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG, . Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
3. Lillian Márcia de Castro Ribeiro. A Efetividade ético-discursiva do direito à consulta prévia às comunidades quilombolas no Brasil - um olhar sobre as Comunidades: Povoado da Onça, Cuba e marfim em Santa Inês - MA. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
4. Rafael Augusto de Moraes Andrade Santos. A Decisão Interlocutória Inaudita Altera Partes: entre efetividade e legitimidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG, . Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
5. Raphaela Borges David. Entre a abordagem Pragmática e o Direito como Integridade: Um estudo de caso a partir da Lei da Ficha Limpa. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
6. Daniel Felipe Paiva. O Estado Entre o Incentivo ao crescimento econômico e o combate à desigualdade no século XXI. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.

Tese de doutorado

1. Raphaela Borges David. Decisão Jurídica e Governabilidade no Diálogo entre Judiciário e Executivo. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG, . Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
2. Gregore Moura. Direito Constitucional Fraternal. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG, . Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Sarah Alves Lança. Direitos Políticos e Imunidades Parlamentares: O caso Natan Donadom e a decisão Liminar no Mandado de Segurança 32326. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
2. Najara Stephanie de Araujo. A Constitucionalização dos Direitos Privados e a Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
3. Ingrid Cunha Dantas. Da (Falta de Efetividade) do Direito Social à Saúde - (Re)pensando Criticamente a Judicialização do Direito à Saúde. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
4. Návio Rodrigues Souto Amaral. A chegada dos Direitos Sociais no Brasil: A importância das primeiras Constituições Sociais no Mundo e seus reflexos no ordenamento jurídico nacional. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
5. Uelton David do Nascimento. Perspectiva da Eficácia Horizontal: A possibilidade da vinculação dos direitos fundamentais nas relações privadas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.



- Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
8. Renan Sales Meira. Reconhecimento: Critério de justiça social?. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 9. Izabella Espanha Moreira Dias. Direito Fundamental de Liberdade Religiosa. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 10. Mozar dos Reis. Possibilidade da desaposentação. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 11. Laís Rodrigues. A posição concretista do Supremo Tribunal Federal diante das omissões inconstitucionais: Análise do Mandado de Injunção. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 12. Lucas de Azevedo Paulino. Liberdade de Expressão e Regulação da Mídia: Um Breve panorama. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da UFMG. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 13. Virginia Xavier Borges da Silva. O licenciamento compulsório de patentes de anti-retrovirais: o confronto entre bens jurídicos constitucionalmente garantidos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 14. Suzy de Cássia Silva Siqueira. Medida cautelar no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade: uma análise do instituto no contexto do controle abstrato de constitucionalidade no Brasil. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 15. Luciano Neto Loureiro Freitas. A eutanásia em face do princípio da dignidade da pessoa humana. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 16. Rodrigo Prudente dos Santos. A súmula vinculante como instrumento de dinamização da prestação. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 17. Christianne Aparecida Bebert Silva. A dinamização e a supressão das garantias fundamentais constitucionais no processo brasileiro. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 18. Josias Barcelos Júnior. Critérios das Universidades públicas para implementação das ações afirmativas em simetria ao paradigma do Estado Democrático de Direito. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 19. Renan Longuinho da Cunha Mattos. A eficácia do mandado de injunção à vista da interpretação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 20. Daniel Monteiro da Silva. UM ESTUDO SOBRE AS MEDIDAS PROVISÓRIAS. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 21. Ricardo Matos de Oliveira. A INCERTEZA DA FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO NAS AÇÕES DE DANO MORAL PELO PODER JUDICIÁRIO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 22. Angela Maria Rodrigues. REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DE ENTENDER O DIREITO COMO PRESSUPOSTO PARA O ACESSO À JUSTIÇA. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Fundação Educacional Monsenhor Messias. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.
 23. Juliana Lopes de Paula. TEORIA DA APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E O MANDADO DE INJUNÇÃO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Bernardo Goncalves Alfredo Fernandes.

Outras informações relevantes

Ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto no período de 11/03/2005 a 25/03/2005. Ocupante do cargo de Coordenador da Faculdade de Direito do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix de Janeiro de 2006 a Janeiro de 2007. Ocupante do cargo de Coordenador dos cursos de Pós-graduação em Direito Processual Constitucional do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix de Janeiro de 2004 a dezembro de 2005. É atualmente Coordenador do curso de Pós-graduação lato sensu em Direito Público do Praetorium SAT (Brasil). Aprovado em 1 Lugar no Concurso Público de Ingresso no Mestrado da Faculdade de Direito da UFMG em 1998 e no Doutorado em Direito em 2001. Aprovado em 1 Lugar no Concurso Público de Professor Substituto de Teoria do Direito da UFOP em 1998 e em 1 Lugar no Concurso para Professor Adjunto de Direito Constitucional da UFOP em 2004. Aprovado em 1 Lugar na prova de aferição de conhecimentos (didática) para Professor Adjunto de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFMG em 2010. Membro do Conselho Científico do Instituto de Hermenêutica Jurídica.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04.001/2019-IN

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, consoante autorização do(a) Ordenador(a) de despesas da Procuradoria Geral do Município, vem abrir o presente processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a **ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO ESCRITO SOBRE CONTRATAÇÃO DE PARECER SOBRE A RECEPÇÃO OU NÃO DA LEI Nº 3.991/61 JUNTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 BEM COMO SUA AFRONTA OU NÃO À SÚMULA VINCULANTE Nº 04 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0800463-95.2019.4.05.8105 QUE TRAMITA JUNTO À 23ª VARA FEDERAL/TRF 5ª REGIÃO.**

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente inexigibilidade de licitação tem como fundamento o art. 25, inciso II, e o parágrafo único, do art. 26, da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

2. DA JUSTIFICATIVA

Cuida-se de inexigibilidade de processo licitatório, que visa à contratação de parecer jurídico acerca da recepção ou não da lei Federal nº 3.991/61, junto a Constituição Federal de 1988 bem como sua afronta ou não à Súmula Vinculante nº 04 do Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Civil Pública nº 0800463- 95.2019.4.05.8105, que tramita junto a 23ª Vara Federal/TRF 5ª Região. Vale dizer que a hipótese de inexigibilidade se encontra prevista no Art. 25 da Lei nº 8666/93, que aduz:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...) II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1o Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Para tanto faz-se mister ressaltar a alta qualificação técnica do Profissional contratado com supedâneo nas suas vastas obras de Direito Constitucional

no Brasil e no exterior, recorrentes citações nos votos dos eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Existindo assim propriedade do contratado/parecerista para tratar sobre o objeto constitucional desta contratação.

O inciso II do Art. 25 retro citado elege como serviços que podem ser objetos de inexigibilidade aqueles descritos no Art. 13 da Lei de licitações. Tal dispositivo prevê expressamente o Parecer como serviço técnico especializado. Observa-se:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

No que tange a Justificativa do Preço, trata-se de valor dentro dos limites da razoabilidade e proporcionalidade frente a notória especialização do autor para emitir parecer sobre o objeto em comento. Diz-se isto pois para chegar-se a um currículo como este o parecerista deve investir no mais alto grau de performance técnica. Ainda assim, o preço resta justificado frente a possibilidade de não onerar ainda mais o município com o aumento de gastos em caso de êxito do Conselho Federal de Odontologia na Ação Civil Pública nº 0800463-95.2019.4.05.8105.

Ora, se cada odontólogo tiver que receber o dobro da quantia prevista no Edital do Concurso Público de Quixeramobim, conforme solicitado pelo CFO, os gastos para os cofres públicos serão imensamente maiores do que a contratação do referido parecer a fim de defender posicionamento desta Procuradoria pela não recepção da lei nº 3.991/61. Pois se tratando de servidores efetivos, estes perceberiam quase o dobro de seus vencimentos por período indeterminado tendo em vista o prazo indeterminado de duração do emprego público.

Calculado na previsão legal do Art. 25 combinado com Art. 13 da Lei nº 8666/93, trata-se de inexigibilidade com previsão legal e preço dentro dos limites da proporcionalidade tendo em vista a expertise do serviço contratado.

3- DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação**, tornando-a **dispensada, dispensável e inexigível**.

“Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos

princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” E também, a seguinte:

[...]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

(Grifado para destaque)

4-RAZÃO DA ESCOLHA DAS CONTRATADAS:

A escolha recaiu sobre a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, haja vista que os serviços executados pela empresa citada acima é o melhor que se adapta aos anseios do município.

5-DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com as contratações encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2019 da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, classificados sob os códigos: 0401.02.122.0401.2.017; 3.3.90.39.00/3.3.90.39.05; 1001000000.

Quixeramobim-Ce, 12 de Dezembro de 2019.



Mirlla Maria Saldanha Lima
Presidente da CPL

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Quixeramobim, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04.001/2019-IN**, vem emitir a presente declaração de Inexigibilidade de licitação, amparada no art. 25, inciso III, e parágrafo único do art. 26, da Lei nº 8.666/93, para a **ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO ESCRITO SOBRE CONTRATAÇÃO DE PARECER SOBRE A RECEPÇÃO OU NÃO DA LEI Nº 3.991/61 JUNTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 BEM COMO SUA AFRONTA OU NÃO À SÚMULA VINCULANTE Nº 04 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0800463-95.2019.4.05.8105 QUE TRAMITA JUNTO À 23ª VARA FEDERAL/TRF 5ª REGIÃO.**

O valor da presente INEXIGIBILIDADE importa na quantia estimada de R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS).

Assim, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, vem comunicar a(o) Ordenador(a) de Despesas, da presente declaração, para que proceda, se de acordo, e à luz do parecer firmado pela Procuradoria Geral deste município, a devida ratificação.

Quixeramobim-Ce, 13 de Dezembro de 2019.



Mirlla Maria Saldanha Lima
Presidente da CPL

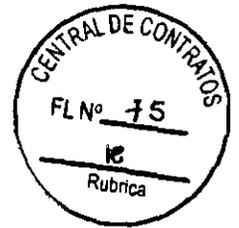
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao Disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, que a Declaração de Inexigibilidade do Processo Administrativo nº **04.001/2019-IN**, foi publicada através de afixação no flanelógrafo desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações), nesta data.

Quixeramobim, 13 de Dezembro de 2019.



Mirlla Maria Saldanha Lima
Presidente da CPL



TERMO DE RATIFICAÇÃO

O(a) Ordenador(a) de Despesa da Procuradoria Geral da Prefeitura Municipal de Quixeramobim-Ce, Sr(a). Antonio Carlos Fernandes Pinheiro Júnior, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente processo administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04.001/2019-IN, vem RATIFICAR a declaração de Inexigibilidade de licitação para a **ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO ESCRITO SOBRE CONTRATAÇÃO DE PARECER SOBRE A RECEPÇÃO OU NÃO DA LEI Nº 3.991/61 JUNTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 BEM COMO SUA AFRONTA OU NÃO À SÚMULA VINCULANTE Nº 04 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0800463-95.2019.4.05.8105 QUE TRAMITA JUNTO À 23ª VARA FEDERAL/TRF 5ª REGIÃO**, determinando que se proceda a publicação do devido extrato e se faça a competente contratação.

Quixeramobim-Ce, 13 de Dezembro de 2019.


Antonio Carlos Fernandes Pinheiro Júnior
Procurador Geral



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao Disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, que o Termo de Ratificação da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04.001/2019-IN, foi publicado através de afixação no flanelógrafo desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações), nesta data, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município.

Quixeramobim, 13 de Dezembro de 2019.


Antonio Carlos Fernandes Pinheiro Júnior
Procurador Geral



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04.001/2019-IN**

O Ordenador de Despesas da Procuradoria Geral da Prefeitura Municipal de Quixeramobim - Ce, faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de licitação, a seguir:

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO ESCRITO SOBRE CONTRATAÇÃO DE PARECER SOBRE A RECEPÇÃO OU NÃO DA LEI Nº 3.991/61 JUNTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 BEM COMO SUA AFRONTA OU NÃO À SÚMULA VINCULANTE Nº 04 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0800463-95.2019.4.05.8105 QUE TRAMITA JUNTO À 23ª VARA FEDERAL/TRF 5ª REGIÃO.

FAVORECIDO: CENTRO BGF DE ENSINO E ESTUDOS JURIDICOS LTDA

CNPJ Nº 10.521.579/0001-91

VALOR GLOBAL: R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, c/c o art. 26, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de INEXIGIBILIDADE emitida pela Comissão Permanente de Licitação e **RATIFICADA** pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da Procuradoria Geral do município de Quixeramobim-Ce.

Quixeramobim-Ce, 13 de Dezembro de 2019.

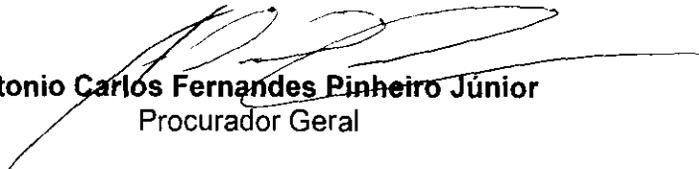

Antonio Carlos Fernandes Pinheiro Júnior
Procurador Geral



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Certificamos que o extrato da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04.001/2019-IN, cujo objeto é a **ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO ESCRITO SOBRE CONTRATAÇÃO DE PARECER SOBRE A RECEPÇÃO OU NÃO DA LEI Nº 3.991/61 JUNTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 BEM COMO SUA AFRONTA OU NÃO À SÚMULA VINCULANTE Nº 04 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0800463-95.2019.4.05.8105 QUE TRAMITA JUNTO À 23ª VARA FEDERAL/TRF 5ª REGIÃO**, no flanelógrafo desta Prefeitura Municipal, conforme estabelece a legislação em vigor.

Quixeramobim-Ce, 13 de Dezembro de 2019.


Antonio Carlos Fernandes Pinheiro Júnior
Procurador Geral